

Em consulta pública no Senado, 96% rejeitam reforma trabalhista

O Sindeletro conclama os trabalhadores e as trabalhadoras da categoria eletricitária do Ceará das empresas de geração, transmissão e distribuição de energia para que participem da consulta votando NÃO à reforma trabalhista. Protejam seus direitos!

O Senado abriu uma consulta pública para que as pessoas possam opinar sobre o projeto de lei da reforma trabalhista. O índice de rejeição às medidas, que retiram direitos históricos dos trabalhadores, é superior a 96%, de acordo com dados apurados até esta quinta-feira (04/05). No total, 95.669 pessoas votaram contra a proposta e apenas 3.698 são a favor.

Os números revelam a indignação dos brasileiros com a tentativa do governo golpista de alterar em mais de 100 pontos a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), prejudicando os trabalhadores e precarizando as relações de trabalho. Em conjunto com a reforma da previdência e a lei da terceirização, o projeto de reforma trabalhista desencadeou protestos e a greve geral da última sexta-feira (28) que no Ceará reuniu mais de 500 mil pessoas.

“Estamos falando de aumento na jornada de trabalho para 12 horas diárias. Estamos voltando para a escravidão. A reforma também versa sobre os contratos de trabalho, que serão precarizados”, afirmou a vice-presidente da CUT, Carmen Foro. “É um verdadeiro massacre (...) As pessoas precisam saber quais são os interesses que motivaram cada voto”, diz o presidente da central, Vagner Freitas.

O Projeto de Lei 6.787, com substitutivo do deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), foi aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados em 26 de abril. Nesta semana, ele foi enviado para tramitação no Senado como Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2017. Inicialmente, a proposta seria discutida apenas pela Comissão de Assuntos Econômicos da Casa. No entanto, senadores da oposição conseguiram aprovar em plenário, na última quarta-feira (04/05), que a matéria passe também pela Comissão de Constituição e Justiça e, por último, pela Comissão de Assuntos Sociais.

Parlamentares da oposição consideram que a pressão popular pode barrar a aprovação do projeto no Senado. Um dos exemplos disso é que, após a greve geral do dia 28, o governo Temer desistiu de pedir a seus aliados para colocar urgência no projeto no Senado, como ocorreu na Câmara. O aumento do número de comissões que vão analisar a matéria também é resultado da

mobilização popular. Por isso, entidades sindicais convocam os trabalhadores a continuar os protestos contra as reformas da previdência, trabalhista e a lei da terceirização. Não se podemos deixar que essa reforma seja aprovada!

A participação na consulta popular virtual aberta pelo site do Senado também pode ser uma forma de pressionar os senadores. O Sindeletró conclama os trabalhadores e as trabalhadoras da categoria eletricitária do Ceará das empresas de geração, transmissão e distribuição de energia para que participem da consulta votando NÃO à reforma trabalhista. Protejam seus direitos!

(com informações CUT www.cut.org.br)

[CLIQUE AQUI](#) PARA VOTAR CONTRA A REFORMA TRABALHISTA!